Colégio	Sala	Ordem
M0001	0001	0001

Fevereiro/2025

TRT-6ª REGIÃO
Pernambuco

Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001	MODELO	TIPO-001

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
00000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

David Hume foi o fundador do Empirismo, a escola cética de filosofia.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto seguinte.

[Permanência dos dramas humanos]

Cerca de dois mil e quinhentos anos atrás, eram escritos na Grécia poemas muito belos. Hoje, eles não são mais lidos, a não ser pelos especialistas nesse estudo, o que é uma grande pena. Pois esses velhos poemas são de tal forma humanos que ainda estão muito próximos de nós, e podem interessar a muita gente.

Seriam até muito mais comoventes para o comum dos homens, ou seja, para aqueles que sabem o que é lutar e sofrer, muito mais do que para os que passaram a vida entre as quatro paredes de uma escola.

Sófocles é um dos maiores dentre esses velhos poetas. Escreveu peças de teatro, dramas e comédias; só ficaram alguns dos seus dramas, vez ou outra encenados nos palcos de teatro. Em cada um deles a personagem principal é uma pessoa corajosa e orgulhosa que luta sozinha contra uma situação intoleravelmente dolorosa; ela se curva sob o peso da injustiça; há momentos em que a coragem desfalece; mas ela resiste e não se deixa nunca degradar pela infelicidade. Assim, esses dramas, embora dolorosos, nunca deixam uma impressão de tristeza. O que fica é antes uma impressão de serenidade. Está visto que o legado essencial desses dramas é reforçar no homem o combate sem rendição contra o que o atormenta, ainda quando seja essa uma luta contra forças muito maiores do que as dele.

(Adaptado de: WEIL, Simone. **Outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 313)

1. Exprime-se no texto a convicção de que houve na Grécia antiga poemas muito belos que
   (A) feneceram com o tempo por tratarem de temas muito específicos da cultura antiga.
   (B) poderiam ser lidos hoje com comoção sobretudo pelas pessoas que sofrem e resistem.
   (C) são especialmente apaixonantes para os especialistas que decifram sua linguagem.
   (D) resistiriam melhor ao desgaste do tempo caso fossem objeto de altos estudos.
   (E) despertam ainda algum interesse entre os leitores mais familiarizados com a língua original.

2. No terceiro parágrafo, a autora do texto caracteriza a personagem principal dos dramas de Sófocles por meio de
   (A) uma descrição detalhada das condições técnicas oferecidas ao ator principal.
   (B) uma definição sintética do protagonista ao caracterizá-lo como um lutador imbatível.
   (C) um relato no qual se explica as diversas reações do protagonista quando derrotado.
   (D) um apanhado das qualidades morais do ser heroico que o consagram como vitorioso.
   (E) uma sucessão de provas e desafios que surgem para confrontar sua resistência possível.

3. Considerando o contexto, traduz-se o sentido de um segmento do texto em:
   (A) *a não ser pelos especialistas nesse estudo* (1º parágrafo) = conquanto não sejam estudos específicos
   (B) *muito mais comoventes para o comum dos homens* (2º parágrafo) = comumente deveriam emocionar mais os seres humanos
   (C) *não se deixa nunca degradar pela infelicidade* (3º parágrafo) = jamais permite que uma desdita a rebaixe
   (D) *O que fica é antes uma impressão de serenidade* (3º parágrafo) = É anterior à sensação de passividade
   (E) *combate sem rendição contra o que o atormenta* (3º parágrafo) = não se rende sem luta com o que o aflige

4. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
   (A) Não foi suficiente passar dois mil e quinhentos anos para que viesse a apagar-se o valor desses dramas.
   (B) A esses velhos dramas gregos correspondiam um máximo interesse da parte dos espectadores da época.
   (C) O que restaram de tantos dramas gregos da época clássica foram um temário estudado por especialistas.
   (D) Caberiam aos homens e mulheres que sofrem e lutam o direito maior de se emocionarem com os dramas de Sófocles.
   (E) Resulta numa impressão de serenidade os traumas vividos pelos protagonistas daqueles dramas gregos.

5. [...] *o legado essencial desses dramas <u>é</u> reforçar no homem o combate sem rendição contra o que o <u>atormenta</u>, ainda quando <u>seja</u> essa uma luta contra forças muito maiores* [...]

   A articulação entre os tempos e modos verbais da frase acima seguirá adequada caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:
   (A) seria – atormentara – seja
   (B) será – atormentou – será
   (C) foi – atormentar – fora
   (D) foi – atormentara – fosse
   (E) era – atormentaria – for

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

Sobre a separação dos poderes

A separação dos poderes tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional. Utiliza-se o termo 'separação dos poderes', mas sabe-se que o poder do Estado é uno e indivisível. Em verdade, esse poder é exercido por vários órgãos, que possuem funções distintas.

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são poderes políticos. No entanto, como cada homem em si é "a-político", uma vez que a política surge no entre-os-homens, para organizar as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa, resulta que o poder político do Estado somente deve existir para cumprir e manter a paz na sociedade e assegurar o gozo da liberdade.

Na dinâmica da História, os poderes políticos transformam-se. Atualmente, o Poder Judiciário passou a ter uma função de maior destaque, qual seja, a de estabelecer o equilíbrio entre os Poderes Executivo e o Legislativo, redefinindo, assim, o papel do juiz. A separação dos poderes, em última instância, objetiva evitar a arbitrariedade e o autoritarismo, preservando as legítimas esferas de atuação de cada Poder.

(Adaptado de: PELICIOLI, Angela Cristina. **A atualidade da reflexão sobre a separação dos poderes**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/43/169/ril_v43_n169_p21.pdf)

6. A expressão "separação dos poderes", no contexto dado,

(A) tem uma significação inconteste e rígida, vista como condição mesma para a existência de uma Constituição.

(B) é acusada de leviana e irreal, pois os poderes constituídos jamais deixam de cumprir a mesma missão política.

(C) ganha um contorno crítico, já que os poderes têm atuações distintas ao mesmo tempo em que conformam a política do Estado.

(D) adquire um sentido algo obscuro, porque ela faz crer que a meta política do Estado seria insuflar movimentos separatistas.

(E) vive da contradição de si mesma, pois a separação de poderes poderia induzir à criação e propagação de estados autoritários.

---

7. Há manifesta oposição de sentido entre as expressões

(A) *diversidades absolutas* // *igualdade relativa*. (2º parágrafo)

(B) *a política surge no entre-os-homens* // *organizar as diversidades*. (2º parágrafo)

(C) *cumprir e manter a paz* // *assegurar o gozo da liberdade*. (2º parágrafo)

(D) *separação dos poderes* // *desempenhado um papel primordial*. (1º parágrafo)

(E) *evitar a arbitrariedade e o autoritarismo* // *preservando as legítimas esferas de atuação*. (3º parágrafo)

---

8. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

(A) É fundamental o papel político aonde o desempenham os três Poderes constituídos.

(B) A expressão "separação dos poderes" confundirá quem dela se acerque apressadamente.

(C) A separação dos poderes é uma exigência política para a qual o Estado não deve abrir mão.

(D) Arbitrariedade e autoritarismo são condições de cujas nenhum cidadão pode se submeter.

(E) As esferas de atuação dos Poderes são instâncias que sua autonomia deve preservar-se.

---

9. *A separação dos poderes, em última instância, objetiva evitar a arbitrariedade e o autoritarismo.*

Preservam-se o sentido, a clareza e a correção do período acima nesta nova redação:

(A) Ainda que em último lugar, objetiva-se mesmo a separação dos poderes evitando-se a arbitrariedade e o autoritarismo.

(B) A arbitrariedade e o autoritarismo, em último caso, carecem da separação dos poderes para serem assim evitados.

(C) O objetivo de evitar a arbitrariedade assim como o autoritarismo faz-se, de fato, para além do concurso da separação dos poderes.

(D) A derradeira prerrogativa da separação dos poderes conflita, por fim, com a arbitrariedade e o autoritarismo que deles derivariam.

(E) Definitivamente, é objetivo da separação dos poderes não dar margem ao exercício da arbitrariedade e do autoritarismo.

---

10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **A dinâmica da História pode alterar a natureza dos poderes políticos**, a forma verbal resultante deverá ser:

(A) poder-se alterá-la.

(B) podem alterar-se.

(C) podem ser alterados.

(D) pode ser alterada.

(E) poderão se alterar.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Em relação a uma turma sabe-se que 1/3 de seus alunos utilizam ônibus para ir à escola e 1/4 vão à escola caminhando. Os demais alunos utilizam condução própria. Em um dia chuvoso, todos os alunos compareceram à aula, mas metade dos alunos que costumam caminhar utilizou ônibus e a outra metade utilizou condução própria. Nesse dia chuvoso, 22 alunos utilizaram ônibus; logo, o número de alunos dessa turma é

(A) 42.

(B) 43.

(C) 40.

(D) 45.

(E) 48.

12. Em uma urna há cartões idênticos ao tato e numerados de 1 a 9. Retiram-se, ao acaso e sem reposição, três cartões dessa urna. A probabilidade de que os três cartões sorteados estejam numerados com números pares é de

(A) 1/2.

(B) 2/3.

(C) 1/21.

(D) 3/21.

(E) 7/15.

13. Alberto e Breno são motoristas de caminhão em uma empresa de logística com sede na cidade **A**, onde não pagam o pernoite. A agenda dessa semana para os motoristas prevê que Alberto vá da cidade **A** para a cidade **B** na segunda-feira, da cidade **B** para a cidade **D** na terça-feira e lá deve ficar esperando o companheiro Breno. Breno vai da cidade **A** para a cidade **C** na segunda-feira, depois da cidade **C** para a cidade **B** na terça-feira, volta para a cidade **A** na quarta-feira e segue para a cidade **B** na quinta-feira. Na sexta-feira, vai para a cidade **D**, encontra com o colega Alberto e ambos vão para a cidade **B** no mesmo dia. No sábado, retornam para a cidade **A**.

Cidade	Valor do Pernoite (em R$)
B	200,00
C	180,00
D	130,00

Utilizando a tabela de preços, a quantia gasta com pernoites por Alberto e Breno para cumprir a agenda da semana foi de

(A) R$ 1.570,00.

(B) R$ 1.670,00.

(C) R$ 1.770,00.

(D) R$ 1.710,00.

(E) R$ 1.660,00.

14. Um artesão vende um par de brincos por R$ 12,00 e uma pulseira por R$ 13,00. Ele faz uma oferta especial: vende um conjunto com um par de brincos e uma pulseira por R$ 20,00. No sábado, o artesão vendeu 55 pulseiras e 70 pares de brincos ao todo, sendo que dentre as vendas há 30 conjuntos da oferta. No sábado, o artesão arrecadou com suas vendas o valor de

(A) R$ 1.450,00.

(B) R$ 1.350,00.

(C) R$ 1.205,00.

(D) R$ 1.405,00.

(E) R$ 1.505,00.

15. Tânia viajou 200 km e usou 16 litros de gasolina. Se ela mantiver o mesmo consumo médio, com 34 litros de gasolina que lhe restam, ela poderá percorrer

(A) 425 km.

(B) 385 km.

(C) 415 km.

(D) 395 km.

(E) 405 km.

Noções de Legislação

16. Antônio é brasileiro, tem 25 anos de idade, não está em gozo dos direitos políticos, possui deficiência visual bilateral e deseja prestar concurso público cujas atribuições são compatíveis com a deficiência que possui. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, Antônio

(A) poderá ser investido em cargo público, sendo que, de acordo com a referida lei, devem ser reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso para as pessoas com deficiência.

(B) poderá ser investido em cargo público, pois tem assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possui.

(C) não poderá ser investido em cargo público.

(D) poderá ser investido em cargo público, desde que possua o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

(E) poderá ser investido em cargo público, sendo que, de acordo com a referida lei, devem ser reservadas até 30% das vagas oferecidas no concurso para as pessoas com deficiência.

17. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a licença por trinta dias, por motivo de doença de dependente de servidor público, que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional,

(A) é possível, independentemente de comprovação por perícia médica oficial, se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma da lei.

(B) é possível, mediante comprovação por perícia médica oficial, se a assistência direta do servidor for indispensável, ainda que possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, se assim for o desejo do servidor.

(C) somente será possível se esse dependente for filho menor de 18 anos do servidor, pois é vedada a concessão de licença por motivo de doença em outras pessoas, ainda que familiares.

(D) não é possível, pois ao servidor somente pode ser concedida licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar ou para atividade política.

(E) é possível, mediante comprovação por perícia médica oficial, se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma da lei.

18. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, incumbe ao Desembargador Corregedor Regional, dentre outras atribuições,

(A) realizar, exclusivamente mediante provocação, correições parciais ou inspeções nas Varas do Trabalho.

(B) submeter ao Tribunal Pleno parecer final sobre o exercício dos Juízes do Trabalho substitutos não vitalícios, propondo ou não a confirmação destes.

(C) manter a ordem nas sessões e audiências, determinando a cassação da palavra ou a retirada de quem as perturbe, não podendo, entretanto, dar ordem de prisão aos desobedientes.

(D) supervisionar a distribuição dos feitos, por sorteio, mediante sistema informatizado, realizada de forma sigilosa.

(E) opinar sobre os requerimentos de férias, licenças médicas e abonos de faltas e deliberar sobre os demais requerimentos de afastamento voluntário, formulados por Juízes do Trabalho.

19. Considere hipoteticamente que:

Morgana, Rodolfo e Julieta são servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Morgana teve conhecimento de que a conduta de Rodolfo em relação a Julieta pode configurar discriminação no ambiente de trabalho. De acordo com a Resolução Administrativa TRT6-GP nº 29/2023 e alterações, Morgana

(A) não poderá noticiar a conduta de Rodolfo, pois também é servidora do Tribunal, mas poderá buscar suporte externo de entidades representativas para que tenha o acolhimento necessário.

(B) não poderá noticiar a conduta de Rodolfo, pois somente Julieta poderá noticiar referida conduta.

(C) poderá noticiar a conduta de Rodolfo, sendo que essa notícia deverá ser recebida exclusivamente de forma presencial, pelas unidades institucionais previstas na Resolução citada, observadas suas atribuições específicas.

(D) poderá noticiar a conduta de Rodolfo, sendo que essa notícia poderá ser recebida de forma presencial ou por qualquer meio telemático, pelas unidades institucionais previstas na Resolução citada, observadas suas atribuições específicas.

(E) poderá noticiar a conduta de Rodolfo, sendo que a unidade institucional que receber a notícia fará o registro formal, independentemente de autorização expressa de Morgana e sem o resguardo de qualquer sigilo, em razão de sua gravidade.

20. De acordo com o Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, é VEDADO aos(às) servidores(as) do referido Tribunal, dentre outras proibições,

(A) fazer ou extrair cópias de relatórios ou de quaisquer outros trabalhos ou documentos ainda não publicados, pertencentes ao Tribunal, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo, sem prévia autorização da autoridade competente.

(B) disseminar, no ambiente de trabalho, informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional, ainda que possam contribuir para a eficiência dos trabalhos e atividades realizadas pelos(as) demais servidores(as).

(C) atuar como procurador(a) de outro(a) servidor(a) do Tribunal em processo administrativo de qualquer espécie, salvo se o fizer sem remuneração, podendo, entretanto, exercer a advocacia.

(D) proceder a divulgação, por qualquer meio e em qualquer situação, sem exceção, de informações de caráter sigiloso, obtidas por qualquer forma, em razão do cargo ou função, e ainda de relatórios, instruções, minutas e informações constantes de processos cujo objeto tenha ou não sido apreciado.

(E) solicitar ou receber, para si, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de presente de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do agente público, inclusive os brindes que não tenham valor comercial.

Noções de Direitos Humanos

21. Com relação ao Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, considere:

I. O Comitê será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a participação de representantes da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sendo vedada a participação de representantes da academia e da sociedade civil.

II. A composição do Comitê observará a pluralidade de gênero e raça, bem como, na medida do possível, a participação de integrantes que expressem a diversidade presente na sociedade nacional.

III. Caberá ao Comitê, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto às causas que envolvam direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional.

De acordo com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I e III, apenas.

---

22. De acordo com a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), para fins do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, considera-se:

(A) Interseccionalidade: integração dos conhecimentos e das diretrizes do referido Programa ao conjunto das políticas e das estratégias de ação institucionais, de modo a garantir sua implementação em todas as dimensões da organização.

(B) Transversalidade: atração sexual e afetiva de um determinado indivíduo. Pessoas que se atraem pelo mesmo gênero são homossexuais; pessoas que se atraem pelo gênero oposto são heterossexuais; e pessoas que se atraem por ambos os gêneros são bissexuais.

(C) Etarismo: modos de viver, costumes, afinidades linguísticas de um determinado povo que criam as condições de pertencimento.

(D) Diversidade: respeito à vida e à dignidade de todos os seres humanos, com o reconhecimento das diversas maneiras de ser e as constituições múltiplas de grupos sociais e suas manifestações, sejam elas culturais, políticas, religiosas, regionais, raciais, de gênero, etárias, comportamentais, entre outras.

(E) Raça: conjunto de características socialmente construídas – muitas vezes negativas e subordinatórias – atribuídas artificialmente aos diferentes sexos, a depender das diversas posições sociais ocupadas por membros de um mesmo grupo.

23. Joaquim, estudante, ficou sabendo que o Brasil deseja ratificar um importante Tratado Internacional sobre Direitos Humanos e descobriu que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, referido tratado

(A) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado por maioria simples, em turno único, em apenas uma das Casas do Congresso Nacional, em razão da importância dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

(B) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(C) não poderá ser equivalente às emendas constitucionais, independentemente de qualquer aprovação pelo Congresso Nacional, por expressa vedação constitucional.

(D) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(E) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por metade dos votos dos respectivos membros.

24. De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, os povos indígenas

(A) têm o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, não mantendo, entretanto, o direito de participar plenamente da vida política e econômica do Estado.

(B) têm o direito de determinar sua própria identidade conforme seus costumes e tradições. Porém, isso prejudica o direito dos indígenas de obterem a cidadania dos Estados onde vivem.

(C) não têm o direito de determinar as estruturas e de eleger a composição de suas instituições em conformidade com seus próprios procedimentos.

(D) junto com os Estados adotarão medidas eficazes para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, com exceção das que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma.

(E) têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, e de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas, sem qualquer discriminação.

25. De acordo com o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, as comunicações sobre a violação de quaisquer direitos estabelecidos na referida convenção, feitas ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher,

(A) podem ser apresentadas somente por indivíduos que se encontrem sob a jurisdição do Estado Parte e aleguem ser vítimas de violação de quaisquer dos direitos estabelecidos na Convenção por aquele Estado Parte, sendo vedada a apresentação de comunicação por grupos de indivíduos.

(B) deverão ser feitas por escrito, podendo ser anônimas, sendo que nenhuma comunicação relacionada a um Estado Parte da Convenção que não seja parte do referido Protocolo será recebida pelo Comitê.

(C) serão declaradas inadmissíveis, pelo Comitê, dentre outras hipóteses, quando tiverem como objeto fatos que tenham ocorrido antes da entrada em vigor do referido Protocolo para o Estado Parte em questão, a não ser no caso de tais fatos terem tido continuidade após aquela data.

(D) serão sempre consideradas, ainda que não haja o reconhecimento de que todos os recursos da jurisdição interna tenham sido esgotados ou que a utilização desses recursos estaria sendo protelada além do razoável ou deixaria dúvida quanto a produzir o efetivo amparo.

(E) não poderão ser declaradas inadmissíveis quando se referirem a assunto que já tiver sido examinado pelo Comitê ou tiver sido ou estiver sendo examinado sob outro procedimento internacional de investigação ou solução de controvérsias.

Noções de Informática

26. No Word do Microsoft Office 365 é possível a coautoria, em que múltiplas pessoas trabalham no mesmo documento e cada pessoa vê as alterações dos outros em tempo real. Após um Analista ter acessado o Word *online* (`https://www.office.com/launch/Word/`) em condições ideais, salvado o documento no *OneDrive* ou *SharePoint*, estando com esse documento aberto na tela, pode-se ativar a coautoria em tempo real, a partir de um clique

(A) em `Coautoria` na caixa de combinação de mesmo nome, inserir os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, selecionar a opção `Pode editar` e clicar no botão `Ok`.

(B) no menu `Revisão`, na opção `Coautoria`, inserir e-mails das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, confirmar que a caixa de checagem `Permitir edição` esteja marcada e clicar no botão `Ok`.

(C) no menu `Editar`, na opção `Compartilhar`, selecionar os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, selecionar a opção `Pode editar` e clicar no botão `Enviar`.

(D) em `Compartilhar` na caixa de combinação de mesmo nome, inserir os e-mails das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, escolher as permissões para permitir a edição e clicar em `Enviar`.

(E) no menu `Arquivo`, na opção `Gerenciar acesso`, inserir os endereços de e-mail das pessoas com quem deseja compartilhar o documento, marcar a opção `Editor` e clicar no botão `Enviar`.

27. No Outlook do Microsoft Office 365 acessado via *browser* em condições ideais, para um Analista criar uma reunião e o Outlook enviar automaticamente um convite de e-mail, em que os participantes podem aceitar, recusar ou responder com uma alternativa, ele deve clicar em

(A) Agenda, depois em Calendário, selecionar no calendário a data e horário desejado para a reunião, informar o e-mail dos participantes, informar os detalhes da reunião (assunto, data/hora etc.) e clicar no botão Enviar convite.

(B) Calendário, clicar de forma adequada no dia desejado para a reunião, adicionar os detalhes da reunião (título, data/hora etc.), adicionar os e-mails dos convidados e clicar em Enviar.

(C) Agenda, depois em Marcar Reunião, selecionar a data e horário em que ocorrerá a reunião, informar os detalhes da reunião (assunto, data/hora etc.), informar o e-mail dos participantes e clicar no botão Compartilhar.

(D) Calendário, depois na opção Agendar Reunião, selecionar os detalhes da reunião (assunto, data/hora etc.), adicionar os participantes e uma mensagem convite e clicar no botão Compartilhar.

(E) Agenda, depois na opção Agendar Reunião, adicionar os detalhes da reunião (assunto, data/hora etc.), adicionar os participantes e uma mensagem convite e clicar em Enviar.

---

28. No Google Drive, em português e em condições ideais, o proprietário do *drive* acionou o menu de contexto sobre um documento do Word com o botão direito do mouse, selecionou a opção Compartilhar, indicou o e-mail das pessoas com quem desejava compartilhar o documento e, para definir o nível acesso dessas pessoas, pode escolher entre as funções:

(A) Proprietário, Convidado ou Permitido.

(B) Revisor, Editor ou Intermediador.

(C) Leitor, Comentador ou Editor.

(D) Corporativo, Particular ou Indefinido.

(E) Proprietário, Revisor ou Leitor.

---

29. Um Analista deseja ajustar a aparência e as funções principais do Gmail, como "densidade" de exibição, "tipo de caixa de entrada" e "tema". Para isso, com sua caixa de entrada do Gmail aberta no navegador em condições ideais, ele deve clicar no ícone de engrenagem no canto superior direito da tela e, em seguida,

(A) clicar em Mostrar todas as configurações, depois em Avançado e realizar os ajustes no painel Configurações da caixa de entrada.

(B) clicar em Configurações, depois em Configurações Rápidas e realizar esses ajustes nos painéis Aparência e Funções do Gmail.

(C) fazer esses ajustes no painel Aparência e Configurações que aparece após se clicar no botão caixa de entrada.

(D) clicar em Mostrar todas as configurações, depois em Complementos e realizar os ajustes no painel Configurações do Gmail.

(E) fazer esses ajustes no painel de Configurações rápidas.

---

30. No site buscador da Google (https://www.google.com/), um Analista deseja realizar buscas mais específicas e refinar resultados, reduzindo o volume de informações irrelevantes. Nesse contexto, para buscar pela palavra Corregedor somente nas páginas do site www.trt6.jus.br ele deve utilizar o operador de pesquisa

(A) Corregedor site:www.trt6.jus.br

(B) Search word:Corregedor in site:www.trt6.jus.br

(C) WORD:Corregedor INURL:www.trt6.jus.br

(D) Search Corregedor IN site:www.trt6.jus.br

(E) site=www.trt6.jus.br word=Corregedor

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 36.

31. Considere:

I. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

II. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria exclusivamente em questões administrativas.

III. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

IV. A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

É livre a associação profissional ou sindical, observado, dentre outras previsões, o que consta APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) III e IV.
(D) III.
(E) II e IV.

---

32. O estrangeiro que, embora residente no Brasil, não seja cidadão brasileiro e que deseja, através de advogado legalmente constituído, propor ação popular para anular ato do Prefeito de determinado Município que seja lesivo ao patrimônio público

(A) poderá propô-la, ficando isento apenas de custas judiciais, salvo, quanto a estas, se comprovada má-fé, devendo arcar com o ônus da sucumbência, independentemente de boa ou má-fé.
(B) poderá propô-la, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
(C) poderá propô-la, não ficando, em nenhuma hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
(D) poderá propô-la, ficando isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, independentemente de boa-fé.
(E) não poderá propô-la.

---

33. Felisberto é Procurador-Geral da República, tendo ingressado na carreira do Ministério Público há 20 anos. Com base nas informações fornecidas, Felisberto é chefe do Ministério Público

(A) Federal, apenas, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, devendo essa destituição ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
(B) da União, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, devendo essa destituição ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
(C) Federal, apenas, não podendo ser destituído, tendo em vista ter adquirido a garantia da vitaliciedade.
(D) da União, podendo ser destituído por iniciativa da maioria absoluta do Congresso Nacional, devendo essa destituição ser precedida de autorização do Presidente da República.
(E) Estadual, podendo ser destituído por deliberação da maioria relativa do Poder Legislativo, na forma que dispuser a lei ordinária respectiva.

---

34. Os Tribunais Regionais do Trabalho

(A) são órgãos da Justiça do Trabalho, sendo que um terço de sua composição é formada por advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de efetivo exercício.
(B) instalarão a justiça itinerante, para que sejam feitas audiências, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários, sendo vedada a realização das demais funções de atividade jurisdicional.
(C) compõem-se de, no mínimo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
(D) poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
(E) compõem-se de, no mínimo, vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

35. Adalgisa, 35 anos de idade, está exercendo seu primeiro mandato como Governadora do Estado X, desde 2022, e deseja, em 2026, ser candidata à reeleição. Mário, 40 anos, vizinho de Adalgisa e vencedor das eleições em 2024 para a Prefeitura do Município Y, onde reside, manifestou interesse em também se candidatar, em 2026, ao Governo do Estado X. Com base apenas nas informações fornecidas, Adalgisa

(A) não poderá ser reeleita e Mário, para concorrer ao cargo que almeja, deverá renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.

(B) poderá ser reeleita para um único período subsequente e Mário não poderá se candidatar ao cargo que almeja, ainda que renuncie ao seu mandato de Prefeito.

(C) poderá ser reeleita para um único período subsequente e Mário, para concorrer ao cargo que almeja, deverá renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.

(D) não poderá ser reeleita e Mário não poderá se candidatar ao cargo que almeja, ainda que renuncie ao seu mandato de Prefeito, podendo apenas se candidatar à reeleição por um único período subsequente.

(E) poderá ser reeleita para um único período subsequente e Mário poderá concorrer ao cargo que almeja independentemente de renunciar ao seu mandato.

---

36. Com relação às emendas à Constituição,

(A) podem ser propostas por metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(B) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada pode, como regra, ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(C) serão elas promulgadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

(D) somente a matéria constante de proposta de emenda havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(E) poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto periódico, mas não para abolir o voto direto, secreto e universal.

Noções de Direito Administrativo

37. Os contratos de parceria público-privada, regidos pela Lei nº 11.079/2004, nas modalidades concessão administrativa e patrocinada, apresentam, entre as características estabelecidas no correspondente regime legal,

(A) possibilidade de aporte de recursos do parceiro público, adicionalmente ao pagamento de contraprestação pecuniária, os quais, contudo, destinam-se apenas à aplicação em obras e bens reversíveis.

(B) vedação à remuneração do parceiro privado mediante tarifa paga pelos usuários, devendo a integralidade da remuneração do concessionário advir da contraprestação pecuniária.

(C) exigência de garantia do parceiro público e do parceiro privado, em proporções equivalentes, para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(D) vedação de combinação de serviços e obras em seu objeto, sendo a concessão patrocinada destinada à concessão de serviços, e a administrativa à concessão de equipamentos públicos.

(E) prazo máximo de 5 anos para a duração do contrato, prorrogáveis por mais 2 períodos iguais e sucessivos, desde que necessário para a integral amortização dos investimentos privados.

---

38. Os atos administrativos, quando discricionários, editados pela autoridade competente com base em juízo de conveniência e oportunidade,

(A) são passíveis de convalidação pela Administração Pública, quando identificado vício de finalidade, sempre mediante ratificação da autoridade superior àquela que editou o ato viciado.

(B) podem ser revogados a qualquer tempo pela Administração Pública, com base na autotutela, com efeitos *ex tunc,* ou seja, vedada a manutenção de quaisquer efeitos produzidos antes da revogação.

(C) não são passíveis de controle de legalidade pelo Poder Judiciário, este que não pode imiscuir-se no exame de validade do ato discricionário, cabendo à Administração Pública exercer o controle da higidez do ato.

(D) são passíveis de invalidação pelo Poder Judiciário, se comprovada a inexistência ou falsidade das razões de fato ou de direito declinadas pela Administração Pública para sua edição.

(E) sujeitam-se ao escrutínio de legalidade e mérito pelo Poder Judiciário, o qual pode anular o ato ou determinar a sua revogação, não sendo possível, contudo, a anulação do ato por vício de competência.

39. Considere que determinado contrato administrativo que tenha por objeto a modelagem de desestatização e venda de ações detidas pelo Estado em uma sociedade de economia mista, celebrado de acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, com prazo de duração de 12 meses, tenha chegado a seu termo final sem a realização do objeto em função de atrasos decorrentes da judicialização do processo de privatização. Superados os questionamentos que impactaram o cronograma inicial,

(A) afigura-se possível a prorrogação do contrato, por prazo não superior àquele inicialmente contratado e com custos adicionais limitados a 25% do valor original atualizado.

(B) aplica-se a previsão legal de prorrogação automática do contrato, independentemente da celebração de aditivo, caso se conclua tratar-se de contrato por escopo.

(C) não será admitida a prorrogação do prazo contratual, considerando a natureza do objeto, que não corresponde à prestação de serviços contínuos.

(D) caso haja anuência da contratada, é possível a prorrogação do prazo de execução, sendo imprescindível a celebração de aditivo contratual e comprovação de álea extraordinária.

(E) a Administração Pública pode prorrogar unilateralmente o contrato, reequilibrando a contratada pelos custos decorrentes do atraso do cronograma caso tenha extrapolado 50% ou mais do prazo original.

40. Pedro, servidor público, está sendo processado por suposta prática de ato de improbidade administrativa tendo em vista que, no período em que era responsável pelo setor de compras de determinada autarquia, foram constatadas deficiências em pesquisas de preços que resultaram em aquisições de determinados produtos por valores acima dos praticados pelo mercado ou em condições menos vantajosas, segundo apurado em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021), Pedro

(A) somente estará sujeito à condenação por ato de improbidade, se condenado pela prática de crime contra a Administração Pública, não mais sendo admitida a independência de instâncias vigente sob a égide da lei anterior.

(B) poderá ser condenado, se comprovado que se omitiu no dever de zelar pelo patrimônio da autarquia, atuando negligentemente no exercício de suas funções.

(C) será condenado por ato de improbidade apenas na hipótese de obtenção de vantagem pessoal, não bastando a conduta, dolosa ou culposa, que tenha causado prejuízo à Administração Pública.

(D) poderá ser condenado por improbidade administrativa, caso comprovado prejuízo à Administração Pública e desde que tenha sido previamente condenado em processo administrativo disciplinar pela prática da ação ou omissão tida como improba.

(E) somente poderá ser condenado por ato de improbidade, se comprovado que atuou com dolo, consistente na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na referida lei.

41. De acordo com o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a revisão, na esfera administrativa, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado

(A) é obrigatória sempre que se verificar alteração de jurisprudência administrativa ou de orientação vinculante do órgão jurídico, vedada a manutenção de situações concretas que discrepem da orientação vigente no momento da revisão.

(B) deve levar em conta as orientações gerais da época da edição do ato, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

(C) é facultativa, devendo o administrador considerar a existência de vantajosidade para a Administração Pública como condição necessária para a revisão de orientação jurídica de caráter geral.

(D) somente é admissível se comprovada fraude, ou evidenciada má-fé dos envolvidos, prestigiando-se os atos que já tenham produzido efeitos quando apresentem vícios de outra natureza.

(E) deve ocorrer sempre que entendimento mais benéfico para a Administração Pública possa ser alcançado a partir da jurisprudência dos Tribunais Superiores ou a partir de entendimento do órgão de consultoria e assessoria jurídica do ente.

42. A aplicação de sanção de inidoneidade a uma empresa que contratou com a Administração Pública constitui expressão do exercício de

(A) poder hierárquico, que constitui prerrogativa da Administração Pública ao contratar com o privado e que se manifesta por meio das denominadas cláusulas exorbitantes.

(B) poder de polícia, que incide independentemente de existência de vínculo específico com a Administração Pública e é dotado de autoexecutoriedade.

(C) supremacia do interesse público, que fundamenta a aplicação de sanções administrativas independentemente de previsão específica em lei.

(D) poder regulamentar, decorrente de previsões contidas em contrato administrativo que regulamentam a aplicação concreta de disposições legais de caráter geral.

(E) poder disciplinar, aplicável também àqueles que possuem vínculo funcional com a Administração Pública.

Noções de Administração Pública

43. Considere que gestor de determinada entidade pública esteja cogitando aplicar os conceitos da Teoria das Necessidades Humanas, formulada por Abraham Maslow, a fim de promover motivação no ambiente do trabalho. Nesse sentido, pretende priorizar as necessidades de autorrealização dos colaboradores. A conduta pretendida pelo gestor, de acordo com os preceitos da teoria de Maslow,

(A) está correta, pois Maslow inovou ao propor que os fatores motivacionais básicos do indivíduo estão ligados ao desejo de pertencimento ao grupo, reconhecimento e autorrealização, não envolvendo necessidades ligadas à subsistência.

(B) mostra-se equivocada, eis que a Teoria das Necessidades Humanas predica que apenas as necessidades mais básicas, de sustento próprio e da família, são indutoras da motivação do indivíduo no ambiente de trabalho.

(C) deve considerar que os colaboradores somente se sentirão motivados a buscar a realização de tais necessidades, depois de atendidas outras necessidades situadas nos níveis inferiores da pirâmide de Maslow, como as necessidades fisiológicas, de segurança, sociais e de estima.

(D) não faz sentido, eis que esse tipo de necessidade, de natureza subjetiva e intangível, não se insere na hierarquia dos fatores motivacionais proposta por Maslow na pirâmide que representa graficamente a referida Teoria.

(E) deve considerar que apenas tal fator, isoladamente, não gerará motivação, por se tratar de reforço positivo, sendo necessário agregar, no mesmo nível hierárquico, fatores objetivos, tais como o receio da perda das condições materiais de subsistência.

---

44. Entre as diferentes classificações dos estilos de liderança apresentadas pela literatura, tem-se a denominada liderança transacional, a qual baseia-se

(A) no carisma do líder, que detém uma personalidade capaz de angariar a confiança e engajamento dos liderados independentemente de recompensas.

(B) em uma relação de troca (transação) entre líder e liderados, que pode se manifestar por recompensas financeiras atreladas ao atingimento de metas.

(C) no caráter transformador que a liderança exerce sobre os subordinados em termos de crescimento pessoal e profissional.

(D) na autoridade do líder, que impõe aos subordinados as ações a serem executadas, apropriando-se dos resultados obtidos pela equipe.

(E) na rotatividade das posições de liderança, com alternância entre lideres e liderados de forma a proporcionar maior engajamento na missão da entidade.

---

45. A classificação dos tipos de decisões tomadas em uma organização como sendo “programadas” e “não programadas” considera, como elemento(s) de diferenciação desses dois tipos de decisão,

(A) a qualidade do planejamento estratégico da organização e a clareza das metas estabelecidas, eis que somente quando esses requisitos estão presentes é que o gestor terá condições de tomar decisões programadas.

(B) a qualidade do processo decisório, sendo que as decisões programadas decorrem de um processo estruturado de identificação do problema e das alternativas disponíveis, enquanto as não programadas buscam o menor ônus ou custo de transação para a entidade.

(C) o grau de comprometimento do tomador da decisão, este que, no caso das decisões não programadas, mostra-se leniente no diagnóstico do problema e das alternativas disponíveis, levando à adoção de soluções inadequadas ou pouco eficazes.

(D) a eficácia do sistema de gerenciamento de riscos da entidade, eis que as decisões programadas são aquelas mitigadoras dos riscos mapeados e as não programadas apresentam-se como soluções *ad hoc* quando riscos não mapeados se materializam.

(E) o grau de ineditismo ou de recorrência da situação que demanda a decisão e a existência ou não de soluções disponíveis no acervo da organização, sendo as decisões programadas aquelas tomadas com base em tal acervo e voltadas precipuamente a problemas não inéditos.

---

46. Considere que determinada organização pretenda avaliar seus colaboradores com base no método 360°, também denominado Avaliação Circular. Para uma correta aplicação de tal metodologia de avaliação,

(A) é necessária a atribuição de pontuação pelo desempenho dos avaliados em período não inferior a um ano, para evitar o vício de recenticidade.

(B) é necessária a coordenação do processo por um avaliador independente, de modo a evitar qualquer espécie de viés de grupo.

(C) deve-se suprimir a autoavaliação, pois gera expectativas do avaliado e constrangimento para os avaliadores.

(D) deverá haver a participação daqueles que são próximos ao avaliado, como colegas e clientes, e não apenas de seus superiores.

(E) o resultado final da avaliação deve ser validado por um colegiado com participação de representantes dos empregados, a fim de evitar o efeito halo.

47. No que concerne aos tipos de estrutura organizacional apontados pela doutrina, tem-se que a estrutura matricial diferencia-se da estrutura divisional

(A) por ser dotada de maior flexibilidade, possuindo centros de resultados com prazo de duração atrelado à vigência do respectivo projeto.

(B) exclusivamente em relação ao nível de departamentalização, apresentando-se como uma estrutura menos verticalizada e com um único nível hierárquico.

(C) pela sistemática de apuração dos resultados, sendo que na divisional o lucro é aferido de forma centralizada e na matricial essa aferição se dá por unidades autônomas.

(D) pelo critério de departamentalização, sendo a divisional departamentalizada pelo critério funcional enquanto a matricial adota o critério geográfico, com matriz e filiais.

(E) precipuamente em face do sistema contábil adotado, sendo que a matricial apura lucro ou prejuízo por produto e a divisional por unidade de produção.

48. Considerando que uma organização que atua com base na gestão por projetos tenha decidido abandonar o Método do Caminho Crítico (CPM) para adotar a metodologia *Program Evaluation and Review Technique* (PERT), tem-se que o tempo de conclusão dos projetos

(A) tomará por base as ações cujo atraso poderá comprometer o projeto como um todo, diversamente do CPM, que predica o monitoramento da integralidade das ações.

(B) deixará de ser uma variável relevante, como ocorre no caminho crítico, e a prioridade passará a ser a qualidade de execução.

(C) passará a ser estimado a partir de uma média probabilística, que considera os cenários otimista, pessimista e provável.

(D) deverá ser estimado com base em *benchmarking*, ou seja, na média obtida a partir de projetos similares que tenham sido concluídos com sucesso.

(E) deverá considerar o desvio padrão obtido a partir dos atrasos verificados em outros projetos da organização, obtendo-se, assim, uma previsão mais acurada da execução.

Noções de Orçamento Público

49. O Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2023 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta

(A) o pagamento de restos a pagar inscritos em 31/12/2022, decorrentes da aquisição de materiais de escritório, classificado como Despesas Correntes Pagas.

(B) o recebimento, em novembro de 2023, de livros técnicos doados para uso interno dos servidores da referida entidade classificado como Receita de Capital Realizada.

(C) a diferença positiva entre os totais das Despesas Empenhadas e das Despesas Pagas no exercício financeiro de 2023 indicada como Saldo da Dotação.

(D) as arrecadações, em outubro de 2023, de receitas provenientes de aluguéis e de juros incidentes sobre depósitos bancários classificadas como Receita Patrimonial.

(E) os recursos financeiros provenientes do cancelamento, em janeiro de 2023, de despesas inscritas em 31/12/2022 em restos a pagar classificados como Receitas Correntes.

50. O resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2023 de uma entidade pública, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, é impactado

(A) pelo empenho de despesa, em novembro de 2023, para a amortização de operação de crédito contratada em outubro de 2021.

(B) pelo pagamento de despesa, em janeiro de 2023, referente à aquisição de mercadorias adquiridas e recebidas em novembro de 2022.

(C) pela distribuição gratuita, em fevereiro de 2023, de livros infantis registrados no estoque da referida entidade desde dezembro de 2022.

(D) pela alienação a prazo, em dezembro de 2023, de um veículo cuja receita foi integralmente arrecadada em janeiro de 2024.

(E) pela obtenção, em agosto de 2023, do valor principal de operação de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.

51. A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2024 de um ente público fixa R$ 937.500,00 ao elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra. Esse montante foi totalmente utilizado até julho de 2024. No entanto, em setembro do mesmo ano, surgiu a necessidade de realizar novas despesas que deveriam ser executadas por meio desse elemento de despesa, demandando a abertura de créditos adicionais. Para avaliar a viabilidade dessa abertura, foram levantadas as seguintes informações em setembro de 2024:

- Ativo financeiro em 31/12/2023: R$ 3.512.000,00.
- Ativo financeiro em 31/08/2024: R$ 1.293.000,00.
- Passivo financeiro em 31/12/2023: R$ 2.984.000,00.
- Passivo financeiro em 31/08/2024: R$ 964.000,00.
- Até setembro de 2024, não houve abertura ou reabertura de créditos adicionais nem operações de crédito vinculadas ao superávit financeiro.

Com base nessas informações e na Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional poderá ser aberto até o limite de

(A) R$ 528.000,00, com vigência adstrita até agosto de 2025.
(B) R$ 528.000,00, com vigência adstrita ao exercício financeiro de 2024.
(C) R$ 329.000,00, com vigência adstrita ao exercício financeiro de 2024.
(D) R$ 329.000,00, com vigência adstrita até agosto de 2025.
(E) R$ 329.000,00, com vigência adstrita até setembro de 2025.

52. No que se refere à execução orçamentária de despesas, a Lei nº 4.320/1964 determina que

(A) as despesas empenhadas, mas não liquidadas até 31 de dezembro de um exercício financeiro, devem ser inscritas em restos a pagar processados.

(B) a despesa empenhada em março de 2024 e anulada em maio desse mesmo exercício financeiro deve ser classificada como Outras Receitas Correntes.

(C) o empenho representa a verificação do direito adquirido pelo credor e gera a obrigação de pagamento para uma entidade pública.

(D) as dotações orçamentárias destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se na categoria econômica de Investimentos.

(E) o empenho de despesa é obrigatório no regime de adiantamento, sendo vedada sua concessão a servidores que já estejam responsáveis por outro adiantamento.

53. Para a apuração da receita corrente líquida, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve-se considerar a soma das receitas de

(A) Serviços e Atividades Financeiras; Contribuições Sociais; Alienação de Bens Móveis; e Contribuições de Melhoria.
(B) Impostos; Taxas; Contribuições de Melhoria; Cauções; Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais; e Cessão de Direitos.
(C) Serviços; Contribuições Econômicas; Cessão de Direitos; e Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público.
(D) Serviços e Atividades Financeiras; Alienação de Estoques; Indenizações, Restituições e Ressarcimentos; e Contribuições Econômicas.
(E) Impostos; Transferências Correntes; Transferências de Capital; Indenizações, Restituições e Ressarcimentos; e Contribuições Sociais.

54. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o projeto de lei orçamentária anual referente ao exercício financeiro de 2024

(A) estabelecerá o montante da reserva de contingência com base na receita corrente líquida referente ao exercício financeiro de 2023, definindo também sua forma de utilização.

(B) conterá reserva de contingência determinada com base na receita corrente líquida referente ao exercício financeiro de 2022, definindo também sua forma de utilização.

(C) disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e sobre a exclusão de despesas primárias da apuração do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

(D) conterá demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais referente ao exercício financeiro de 2024.

(E) estabelecerá as metas fiscais para o exercício financeiro de 2024 e para os três seguintes, visando garantir a sustentabilidade da trajetória da dívida pública.

Noções de Gestão de Pessoas

55. A visão da forma de encarar e tratar os conflitos que tendem a surgir no ambiente organizacional difere significativamente conforme a abordagem adotada. Nesse sentido, a abordagem interacionista, que ganhou força a partir dos anos 1970,

(A) não apenas aceita o conflito, tal qual a abordagem das Relações Humanas, mas também encoraja a manutenção de um nível mínimo de conflito, suficiente para que o grupo não se torne estático.

(B) considera que o conflito é inimigo da produtividade e da eficiência, e propõe mecanismos estruturais, de interação entre diferentes grupos, para evitar ou mitigar os conflitos latentes.

(C) aceita o conflito como algo natural, porém não desejável, e busca evitar a sua manifestação aplicando técnicas de interação e alinhamento de expectativas.

(D) busca suprimir qualquer tipo de conflito que envolva relações interpessoais no ambiente de trabalho, canalizando as emoções envolvidas para as relações pessoais.

(E) diversamente da abordagem tradicional, vigente nas décadas anteriores, entende que o conflito nunca é benéfico e, embora seja inevitável, não deve ser tolerado e muito menos fomentado.

56. Suponha que determinada entidade tenha realizado avaliação de desempenho de seus colaboradores e, ao final, tenha identificado a ocorrência do denominado “Efeito Horn” em relação a determinados avaliados. Isso significa que

(A) verifica-se grande heterogeneidade dos resultados de tais avaliações e nenhum desvio padrão foi identificado, o que constitui indício de que a avaliação como um todo possui vícios metodológicos que comprometem sua credibilidade.

(B) esses avaliados receberam uma avaliação discrepante da média, possivelmente em função de relações pessoais com o avaliador que ensejaram um viés de favorecimento em relação aos demais avaliados.

(C) o avaliador apresentou avaliação negativa tomando por base um determinado aspecto considerado negativo do avaliado e extrapolando esse resultado para todos os demais itens da avaliação.

(D) constatou-se vício de recenticidade, em que essa amostra indica que apenas os comportamentos mais recentes dos avaliados são objeto de ponderação pelo avaliador, o que compromete a qualidade da avaliação.

(E) foi identificada leniência do avaliador e ausência de critérios objetivos na aplicação da avaliação, razão pela qual os resultados obtidos não são considerados confiáveis e a avaliação deve ser reaplicada.

57. Considere que determinada entidade pública esteja passando por um grande processo de mudança organizacional e, como estratégia para gerenciar esse processo, busca aplicar os conceitos predicados por Kurt Lewin sobre o tema. Com base nos estudos apresentados pelo referido autor, o processo de mudança envolverá uma etapa denominada recongelamento,

(A) que ocorre no início do processo de mudança, e quando os comportamentos e hábitos arraigados devem ser desmobilizados e é preciso criar um novo “molde” a ser adotado para o comportamento organizacional.

(B) na qual a mudança é estabilizada, ou seja, quando ocorre de fato a incorporação do novo comportamento na organização e as novas práticas se tornam a nova norma, o novo paradigma.

(C) apenas na hipótese em que o processo não tenha sido bem conduzido e a mudança não tenha sido completamente internalizada, constatando-se que os antigos paradigmas seguem presentes e o processo de mudança deve ser reiniciado.

(D) que representa o ponto crítico da mudança e se dá na fase intermediária do processo, quando o novo modelo é posto à prova e deverá ser feito o máximo esforço para a aceitação pelo grupo.

(E) que consiste em uma etapa meramente formal, na qual, já tendo sido estabilizada a mudança na etapa de “descongelamento”, as normas e os regulamentos internos devem ser atualizados para refletir tal mudança.

58. Em um modelo de gestão estratégica de pessoas, pautado pela descentralização que lhe é própria, a denominada função de *staff*

(A) tornou-se desnecessária, eis que área de gestão de pessoas no modelo estratégico não é incumbida de atividades dessa natureza.

(B) deixa de ser realizada internamente e passa a ser provida por terceiros, de forma a não sobrecarregar desnecessariamente a organização.

(C) resume-se à atuação da área de Recursos Humanos na seleção e recrutamento de pessoal para as vagas disponíveis na organização.

(D) passa a ser uma das atribuições dos gestores de projetos, os quais ficam responsáveis por gerenciar integralmente os recursos humanos alocados ao projeto.

(E) é exercida pela área de gestão de pessoas, diversamente da autoridade de linha, esta que compete aos gestores das diversas áreas da organização.

59. No que concerne à liderança no âmbito das organizações, tem-se que a denominada “estrutura de iniciação” apontada nos estudos dos anos de 1940 realizados na Universidade de Ohio corresponde

(A) ao fenômeno comumente verificado nas organizações, consistente no processo de legitimação dos líderes pelos seus subordinados e que precede o efetivo exercício da liderança.

(B) à etapa de prospecção de potenciais líderes, na qual são identificados os talentos disponíveis na organização em termos de habilidades sócio emocionais para exercício de liderança.

(C) ao estágio do planejamento estratégico da organização na qual são definidos os objetivos e metas a serem alcançados e é feita a atribuição das respectivas ações aos líderes de projeto.

(D) a uma das dimensões do comportamento do líder, relativa à capacidade de estruturação do próprio papel e do papel dos liderados no atingimento de objetivos.

(E) a uma das formas de liderança, centrada no relacionamento com a equipe, em contraposição à denominada estrutura de validação, centrada nas tarefas e resultados.

60. Suponha que determinado gestor público pretende avaliar seus subordinados utilizando o método dos incidentes críticos. Para tanto, caberá ao avaliador

(A) considerar características/desempenhos extremos do avaliado, que sejam altamente positivos ou significativamente negativos.

(B) pautar-se exclusivamente pelos registros funcionais dos avaliados e considerar as faltas e punições disciplinares.

(C) identificar as situações em que cada avaliado não performa adequadamente, eis que o foco de tal tipo de avaliação costuma ser a redução de pessoal.

(D) aplicar dinâmicas individuais ou em grupo para testar a atuação dos avaliados em situações desafiadoras e propor medidas de aprimoramento.

(E) desconsiderar as falhas e insuficiência de desempenho dos avaliados quando ocorram em situações de extrema pressão.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11 [...] *11.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo(a) candidato(a) será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.8 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimos de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de **0 (zero) a 10 (dez)**. 11.9.1 Para os(as) candidatos(as) que concorrem às vagas de ampla concorrência considerar-se-á habilitado(a) o(a) candidato(a) que tiver obtido **nota igual ou superior a 6,00 (seis)**, 11.9.2 Para os(as) candidatos(as) com deficiência, os(as) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) e os(as) candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas, que optaram por concorrer às vagas reservadas e que concorrerem ao cargo de Analista e/ou de Técnico (qualquer Área/Especialidade), de acordo com a Resolução CNJ nº 516/2023 alterada pela Resolução CNJ nº 535/2023 e a Resolução CNJ nº 512/2023 alterada pela Resolução CNJ nº 549/2024 do CNJ, considerar-se-á habilitado(a) o(a) candidato(a) que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos(as) candidatos(as) da ampla concorrência, conforme item 11.9.1 deste Capítulo. 11.9.2.1 Restará habilitado(a) o(a) candidato(a) com deficiência, o(a) candidato(a) autodeclarado(a) negro(a) e o(a) candidato(a) autodeclarado(a) indígena que tiver obtido, **nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta)**.*

Texto 1

O Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer publicidade de jogos de apostas online *para crianças e adolescentes. Decidiu também que sejam tomadas medidas que restrinjam o uso de recursos de programas assistenciais para apostas* online. *Evidências apontam para os efeitos nocivos da publicidade de apostas na saúde mental de jovens e no orçamento das famílias.*

(Disponível em: **https://noticias.stf.jus.br.** Adaptado)

Texto 2

A posição antipaternalista está correta, em princípio, mas desloca a discussão. O principal obstáculo à formação autônoma de preferências não é o paternalismo, mas a dominação. Indivíduos e grupos têm dificuldade de formular e expressar autonomamente suas preferências quando estão sujeitos a relações de dominação.

(Disponível em: **https://www.scielo.br**. Adaptado)

Com base no que se afirma em **1** e **2**, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Liberdade individual e paternalismo estatal

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

RASCUNHO

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO